

# TOCQUEVILLE

## A DEMOCRACIA E A GUERRA

Livia Franco

HÁ DUAS COISAS COM AS QUAIS UM POVO DEMOCRÁTICO  
TERÁ SEMPRE MUITA DIFICULDADE EM LIDAR:  
COMEÇAR E ACABAR UMA GUERRA.<sup>1</sup>

Estando nos últimos anos a questão da guerra a dominar novamente a agenda internacional e face às sucessivas manifestações antiguerra de parte considerável do eleitorado das democracias ocidentais, parece pertinente regressar às reflexões do intelectual e político francês Alexis de Tocqueville (1805-1859) – o primeiro grande pensador da democracia moderna – sobre a relação entre os regimes políticos democráticos e a guerra. Encontramos a parcela mais substancial dessas considerações em *Da Democracia na América* (1835-1840), a sua obra mais famosa. Não obstante, a sua vasta correspondência e as suas intervenções parlamentares realizadas quer na qualidade de deputado, quer no exercício de funções como ministro dos Negócios Estrangeiros, contêm igualmente valiosas referências sobre esta matéria. Tocqueville é por excelência um pensador político, não um estratega ou um analista militar e, nesse sentido, e ao contrário de outros pensadores seus contemporâneos, não lhe interessa especialmente examinar o fenómeno da guerra em si. Antes foca essencialmente a sua análise no impacto que as condições sociais e políticas das democracias operam no modo como os cidadãos olham para a guerra e a vida militar<sup>2</sup>.

Tocqueville tem admiração pela guerra que, no seu entender, «engrandece quase sempre o pensamento de um povo e eleva-lhe o coração»<sup>3</sup>. A vida castrense é velha tradição familiar do lado paterno, que foi seguida pelo seu irmão mais velho e por um dos seus maiores amigos. É com inegável gosto que lê e cita várias vezes *Vidas Paralelas* de Plutarco e *O Príncipe* e *Da Arte da Guerra* de Maquiavel. Refere com admiração os feitos militares de heróis tão díspares como Alexandre, o Grande, Sila, Júlio César, Cortés, Washington, La Fayette, Napoleão e Andrew Jackson. Entende que é mais fácil e menos perigoso manter uma guerra marítima do que uma guerra continental e defende «que as derrotas no mar raramente comprometem a existência ou independência do povo que as experimenta»<sup>4</sup>. A sua sensibilidade aristocrática leva-o a olhar para a carreira militar como um modo de vida muito honrado e privilegiado, capaz de elevar os homens acima do nível geral do resto da sociedade, atribuindo-lhes uma grandeza própria para além da glória militar. Esta é a sua visão pessoal.

Contudo, parece-lhe inegável que com o advento da democracia e as consequentes transformações sociais e políticas, os cidadãos, os políticos e até os próprios militares mudaram a forma de olhar a guerra. No seu entender, esse «olhar democrático» sobre a guerra explica-se por diversas razões que se interrelacionam e se reforçam, e que, no essencial, levam à seguinte situação algo paradoxal: em democracia, «as guerras tornam-se, portanto, mais raras; mas, quando rebentam, desenvolvem-se num campo mais vasto»<sup>5</sup>. Vejamos porquê.

### **A IGUALDADE E A SUAVIZAÇÃO DOS COSTUMES**

As reflexões de Tocqueville sobre esta problemática partem antes de mais da constatação de que «os homens que vivem nos países democráticos não têm, naturalmente, um espírito militar»<sup>6</sup>. Em razão dos seus interesses, das suas inclinações e dos seus receios, os povos democráticos dão prioridade à paz e afastam-se da guerra:

«O número cada vez maior de proprietários amigos da paz, o desenvolvimento da riqueza constituída por bens móveis, que a guerra devora tão rapidamente, a brandura dos costumes, a moleza do coração, a predisposição para a piedade que a igualdade inspira, a frieza de raciocínio que torna os homens pouco sensíveis às emoções poéticas e violentas que surgem aquando do manejo das armas, constituem outras tantas causas que contribuem para atenuar o espírito militar.»<sup>7</sup>

Começemos por analisar as duas premissas do seu pensamento geral acerca da democracia que servem de alicerces a esta constatação. A primeira é a de que as sociedades democráticas serão fundamentalmente conservadoras porque à medida que melhores condições de vida se estendem ao *grosso* dos cidadãos aumenta também o número daqueles que têm alguma coisa a perder com a instabilidade. «Entre os dois extremos das sociedades democráticas encontra-se uma imensa multidão de homens de quase igual condição que, sem serem nem ricos nem pobres, possuem bens suficientes para desejarem a ordem.»<sup>8</sup> Essa multidão – as classes médias –, que constitui o grupo social pre-

O HOMEM DEMOCRÁTICO NÃO GOSTA NEM DA REVOLUÇÃO NEM DA GUERRA, NÃO PORQUE NÃO AS DESEJA INTIMAMENTE, NÃO PORQUE RECUSE À PARTIDA TODA A MUDANÇA, MAS PORQUE TEME OS SEUS RESULTADOS IMPREVISÍVEIS.

dominante nas sociedades democráticas, é naturalmente inimiga da desordem e das transformações violentas. O seu desgosto com a guerra não resulta de um sentimento de satisfação ou segurança com o presente, mas antes da convicção que toda a instabilidade ameaça a propriedade adquirida. Este

argumento é desenvolvido pelo francês num dos seus mais famosos capítulos: «Por que motivo as grandes revoluções passarão a ser raras»<sup>9</sup>. O homem democrático não gosta nem da revolução nem da guerra, não porque não as deseja intimamente, não porque recuse à partida toda a mudança, mas porque teme os seus resultados imprevisíveis.

O homem democrático procura continuamente uma vida melhor e essa é uma busca marcada por muita ansiedade: «O que mais intensamente prende o coração humano não é a posse tranquila de um objecto precioso – é o desejo, nunca inteiramente satisfeito, de o possuir e o constante receio de o perder.»<sup>10</sup> De facto, se ele estivesse certo de que a revolução ou a guerra contribuiriam para o seu enriquecimento ou o seu sucesso, não se lhes oporia. Mas como não pode ter essa certeza e, ao contrário, está seguro da instabilidade consequente, prefere que elas não ocorram.

Já a segunda premissa resulta da verificação nas sociedades democráticas de uma forte tendência para os cidadãos se dedicarem ao comércio e à indústria, relegando para um plano secundário outros modos de vida mais tradicionais, como a agricultura e a própria vida militar. A razão é simples: pela volatilidade da sua situação social e material, o homem democrático tem necessariamente de garantir todos os dias o seu bem-estar pessoal e o da sua família. Ao contrário do que acontecia nas sociedades aristocráticas, em democracia as fortunas não estão fixadas hereditariamente e os privilégios não são permanentes. Como tal, os cidadãos sabem que correm o risco da sua situação se alterar a qualquer momento, sendo que são as classes médias que mais estão à mercê dessa volubilidade material. Olhando em redor, apercebem-se sem dificuldade que o comércio e a indústria são o meio mais acessível e rápido para aceder a rendimentos seguros e substanciais. Ora, nada se opõe mais à arte da guerra do que as práticas comerciais: «O comércio é naturalmente inimigo de todas as paixões violentas. Ele aprecia os temperamentos amenos, gosta dos compromissos, e evita cuidadosamente o arrebatamento. É paciente, flexível, insinuante, e só recorre a meios extremos quando a tal é obrigado pela mais absoluta necessidade.»<sup>11</sup> Na sua visita aos EUA, Tocqueville observou como as práticas comerciais mantinham o comportamento dos cidadãos americanos frugal e moderado, como protegiam os costumes e os hábitos simples e os incentivavam ao trabalho e à tranquilidade. E, o que mais o espantou, foi a forma como aqueles cidadãos transferiam para o domínio público os hábitos que adquiriam com a experiência dos seus negócios – a ordem, a regularidade, o bom senso e o espírito prático – que se tornavam assim a causa simultânea do sucesso privado de cada um e da prosperidade geral do país.

Estas duas premissas – que as classes médias democráticas serão fundamentalmente conservadoras e que se dedicarão principalmente à indústria e ao comércio – constituem um tipo de análise inovador para a época de Tocqueville, na medida em que vão subordinar a acção política nas democracias ao Estado social e aos modos de vida. Não é de mais recordar que a análise sociológica e o pensamento socialista só se afirmaram verdadeiramente na segunda metade do século XIX.

Acontece que o charme da igualdade faz-se sentir junto do homem democrático não apenas pelas transformações que opera nos factos concretos da vida quotidiana, mas também através da influência que exerce sobre as ideias, os sentimentos e as relações entre os cidadãos. Tocqueville está convencido de que apesar da igualdade absoluta

ser um fim irrealizável, a dinâmica da igualização das condições cria nas sociedades democráticas um certo sentido geral de igualdade que tem efeitos importantes sobre o pensamento e as expectativas gerais:

«É em vão que a riqueza e a pobreza, a autoridade e a obediência interpõem acidentalmente grandes distâncias entre dois homens, pois a opinião pública, que é fundada na ordem comum das coisas, aproxima-os de um nível comum e cria entre eles uma espécie de igualdade imaginária, apesar da desigualdade real das suas respectivas condições.»<sup>12</sup>

Está-se bem longe das sociedades aristocráticas onde cada grupo social tinha uma existência própria, as suas opiniões, os seus direitos e os seus costumes particulares. Os diversos grupos da grande sociedade aristocrática divergiam na sua maneira de pensar, não se compreendiam, não partilhavam os mesmos sentimentos e as suas relações eram ásperas e fortemente hierarquizadas. Ao invés, nas sociedades democráticas, em resultado da igualdade prevaente, a imaginação identifica cada indivíduo com os outros e generaliza a semelhança entre todos. Tocqueville detalha assim as implicações deste fenómeno:

«Quando, no seio de um mesmo povo, as várias classes se encontram pouco diferenciadas, os homens têm todos aproximadamente a mesma maneira de pensar e sentir e cada um pode avaliar rapidamente as sensações que todos os outros experimentam; para tal, basta-lhe olhar por um momento para si próprio. Não há, por isso, miséria de que ele não se aperceba sem dificuldade, e de cuja extensão não se dê instintivamente conta. Pouco importa que se trate de um estrangeiro ou de um inimigo – a imaginação permite-lhe colocar-se logo no seu lugar. Ela confere um cunho pessoal à sua piedade e fá-lo sofrer quando maltratam o corpo do seu semelhante.»<sup>13</sup>

Uma vez concretizado este processo democrático de identificação, os cidadãos passam a afligir-se cada vez que sabem que os seus concidadãos se encontram em má situação. O sofrimento alheio torna-se uma possibilidade muito real para todos, os hábitos vão-se tornando também mais brandos, os relacionamentos sociais mais suaves e a informalidade cresce. O sentimento de compaixão geral passa a dominar as sociedades democráticas com efeitos interessantes:

«Nos séculos democráticos, os homens raramente se devotam uns aos outros; mas dão provas de uma compaixão geral para com todos os membros da espécie humana. Não os vemos infligirem males inúteis e quando podem aliviar o sofrimento dos outros sem se prejudicarem muito a si próprios fazem-no com prazer; não são desinteressados, mas são amenos.»<sup>14</sup>

É evidente que a compaixão geral e a suavidade dos costumes democráticos não podem ser encaradas como virtudes morais ou cívicas. Trata-se apenas de uma espécie de piedade interessada que, no entanto, torna a vida em sociedade mais amena.

Não são, portanto, unicamente as transformações materiais do Estado social democrático que afastam os homens da guerra e dos grandes movimentos de ruptura. Também os sentimentos e as ideias democráticas tornam os cidadãos mais conciliadores e favoráveis à paz. O que leva Tocqueville a concluir: «[A] meu ver, a igualdade das condições e a suavização dos costumes não são apenas acontecimentos contemporâneos, mas também factos correlativos.»<sup>15</sup>

### **A DEMOCRACIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Mas o processo de democratização não é exclusivamente um fenómeno interno às sociedades. É igualmente uma tendência generalizada na comunidade dos povos, que parece irresistível e de origem providencial. Olhando para a América do Norte e para os vários países da Europa, Tocqueville verifica que está em marcha uma grande revolução democrática que parece atingir todo o universo cristão. Os vários acontecimentos da vida dos povos, propositadamente ou não, parecem ter sido proveitosos ao desenvolvimento gradual dessa tendência internacional para a igualização das condições.

«A Idade Média era uma época de fraccionamento. Cada povo, cada província, cada cidade, cada família, tendiam então fortemente a individualizar-se. Nos nossos dias sente-se um movimento em sentido contrário; os povos parecem caminhar para a unidade. As zonas mais afastadas da terra estão unidas por laços intelectuais e os homens não conseguem encarar-se como estranhos por muito tempo, nem desconhecer o que se passa num ponto qualquer do universo.»<sup>16</sup>

O fenómeno de identificação e de aprofundamento de semelhanças também é um dos efeitos mais visíveis do processo de democratização a nível internacional. O movimento de aproximação entre povos estrangeiros acontece porque, apesar das idiosincrasias particulares de cada povo, o modo de vida democrático é análogo em todas as partes do mundo. Cada homem democrático não só se sente identificado com o seu concidadão, como com todos os cidadãos dos outros países democráticos que partilham dos mesmos sentimentos, hábitos e aspirações: todas as sociedades democráticas são compostas por uma maioria de cidadãos pacíficos interessados principalmente no sucesso dos seus negócios e no bem-estar da sua comunidade. E à «medida que os povos se vão tornando mais semelhantes uns dos outros, vão compreendendo melhor as suas misérias recíprocas e o direito das gentes torna-se mais suave»<sup>17</sup>.

A DEMOCRACIA NÃO SÓ ALTERA INTERNAMENTE OS PAÍSES, COMO AS RELAÇÕES ENTRE ELES, QUE SE TORNAM MAIS FÁCEIS E CONSTANTES.

De facto, a democracia não só altera internamente os países, como as relações entre eles, que se tornam mais fáceis e constantes. Ora, esta aproximação entre os povos é mais uma vez reforçada pela tese do *doux commerce* que Tocqueville perfilha sem hesitação: «Não há vontade soberana, nem preconceitos nacionais, que possam lutar muito tempo contra um bom preço.»<sup>18</sup> Com o desenvolvimento das actividades comerciais, especialmente marítimas, os países tornaram-se mais dependentes e os seus interesses comuns aumentaram, os contactos entre diferentes povos intensificaram-se e os preconceitos foram-se atenuando à medida que as nações se iam conhecendo. As ideias políticas associadas à igualdade e, principalmente, o gosto pela liberdade são transmitidos de povo para povo através do comércio. Neste processo, as grandes potências comerciais desempenharam um papel fulcral, merecendo inegável lugar de destaque a Inglaterra que o nosso autor designa como «o elo de ligação com os outros povos»<sup>19</sup>. Neste domínio, parece também incontestável que os americanos começam a rivalizar seriamente com os ingleses<sup>20</sup>.

Do ponto de vista da teoria política, o argumento de Tocqueville acerca das relações entre as nações democráticas traduz-se num raciocínio tipicamente liberal. Partindo do pressuposto de que as democracias assentam no dogma da soberania popular segundo o qual as leis emanam da vontade dos cidadãos representados na legislatura, as políticas do executivo, nomeadamente a decisão de fazer guerra, têm obrigatoriamente de derivar do consentimento da maioria dos cidadãos. As democracias são comunidades de homens livres, isto é, entidades com personalidade moral que, como verificámos, dão primazia à cooperação sobre o conflito.

Aqui encontramos dois postulados bem conhecidos na história do pensamento democrático: o primeiro, que em democracia são aqueles que vão ter de suportar o fardo da guerra que têm o direito de decidir se querem ou não ir para a guerra. Sendo que, normalmente, e pelas razões já referidas, essa escolha recai sobre a paz – «para que uma nação esteja em condições de travar uma grande guerra, os cidadãos têm de aceitar numerosos e penosos sacrifícios. Julgar que um grande número de homens seria capaz de se submeter a semelhantes exigências sociais é conhecer muito mal a humanidade»<sup>21</sup>. O segundo, que os países não podem ser tratados como bens materiais, como propriedade susceptível de posse: «De acordo com o direito das gentes adoptado pelas nações civilizadas, as guerras não têm por finalidade a apropriação de bens particulares.»<sup>22</sup> Os cidadãos de uma democracia, únicos detentores do poder soberano, não podem aceitar que o seu destino seja determinado pelas intervenções militares de potências estrangeiras. São as nações que adquirem os seus soberanos e não o contrário, o que estaria em contradição com o contrato original, fundamento essencial do direito dos povos livres.

Finalmente, encontramos ainda na análise de Tocqueville um terceiro elemento típico da perspectiva liberal-democrática: uma forte convicção de que as democracias dão especial preferência à paz nas suas relações com as outras democracias:

«Quando o princípio da igualdade não se desenvolve só numa nação, mas também, ao mesmo tempo, em vários povos vizinhos, tal como acontece actualmente na Europa, os homens que habitam esses diferentes países, apesar da disparidade das línguas, dos usos e das leis, assemelham-se contudo pelo facto de temerem igualmente a guerra e nutrirem um mesmo amor pela paz. É em vão que a ambição ou a cólera armam os príncipes: contra a sua própria vontade, eles são acalmados por uma espécie de apatia e de benevolência generalizadas que os obrigam a deixar cair as espadas das mãos; as guerras tornam-se mais raras.»<sup>23</sup>

## OS EXÉRCITOS DEMOCRÁTICOS

Acontece que a guerra é um acidente a que todos os povos sem excepção estão sujeitos. Pela natureza da própria estrutura internacional – uma anarquia entre soberanias legalmente equivalentes mas desiguais no seu poder – nenhum país consegue escapar totalmente à necessidade de ter capacidade militar. No mínimo por razões de integridade territorial e de manutenção da independência, ou seja, por razões defensivas, todos os países, incluindo os democráticos, estão sujeitos à necessidade de possuírem alguma força militar<sup>24</sup>.

PELA NATUREZA DA PRÓPRIA ESTRUTURA  
INTERNACIONAL NENHUM PAÍS CONSEGUE  
ESCAPAR TOTALMENTE À NECESSIDADE  
DE TER CAPACIDADE MILITAR.

Duas interrogações cruciais enquadram a análise de Tocqueville sobre esta inescapável necessidade: Primeira interrogação – Qual o relacionamento possível entre sociedades civis cada vez mais igualitárias e pacíficas e estruturas militares naturalmente aristocráticas e marciais? Segunda interrogação – Terão as Forças Armadas das sociedades democráticas a mesma natureza e qualidade daquelas existentes nas sociedades aristocráticas?

Como verificámos, são escassos os cidadãos e os políticos que nas sociedades democráticas estimam e compreendem o espírito militar. Daqui resulta que «a carreira das armas deixa de ser objecto de honras especiais e os seus membros passam para as últimas fileiras dos funcionários públicos. [...] Já não são os cidadãos mais destacados que entram para o exército, mas os de menos importância»<sup>25</sup>. Inicia-se, em consequência, um processo de declínio que, por um lado, afasta as elites das nações da carreira militar e, por outro, torna esse modo de vida pouco considerado precisamente porque os melhores cidadãos deixam de a integrar. Ao contrário das sociedades aristocráticas, onde a vida militar tinha prestígio porque nas suas fileiras se encontravam grandes talentos, em democracia ela é desconsiderada. Torna-se, pois, pertinente a seguinte questão: nestas condições, quem escolhe a vida militar? Da sua investigação o aristocrata francês conclui que são os cidadãos de baixa ou média condição social que se sentem mais atraídos por esse modo de vida, vendo nele um meio de aquisição de bens e autoridade, e de progressão no interior da sociedade. Consequentemente,

o desejo de promoção – que era acessório nos exércitos aristocráticos porque a posição de cada militar estava à partida determinada pela sua origem social e pelo seu sangue – torna-se o desejo universal e o motor interno do próprio exército. Por outras palavras, Tocqueville verifica que o sentimento determinante na vida militar não é mais, como outrora, a honra e o desejo de glória, mas o interesse pessoal.

Estas razões explicam também por que, ao contrário do cidadão democrático, o soldado dos exércitos democráticos anseia pelo campo de batalha. Partindo do mais simples cálculo matemático ele sabe que o movimento de progressão interno às Forças Armadas será mais célere quanto maior for o número de guerras combatidas. Só que nos tempos democráticos a tendência para os conflitos militares diminui e os períodos de paz tornam-se substancialmente mais longos. Logo, num contexto democrático, a progressão dentro da carreira militar é forçosamente mais demorada. Daqui, Tocqueville conclui este facto singular: «Enquanto, de todos os exércitos são os democráticos aqueles que mais desejam a guerra, de todos os povos são também os democráticos aqueles que mais amam a paz; e o mais extraordinário é que estes dois efeitos opostos sejam causados, simultaneamente, pela igualdade.»<sup>26</sup>

De facto, em flagrante contraste com o dinamismo social e económico das vibrantes sociedades marcadas pela igualização das condições, a carreira militar é nas democracias muito pouco dinâmica. A progressão nessa carreira é lenta, quase não há renovação a nível das chefias, estas perdem o ímpeto para fazer a guerra. Em consequência, surge a possibilidade de as estruturas intermédias dos exércitos democráticos – que se vão alargando sem poderem progredir – assumirem uma natureza mais inquietante e ameaçadora. Levada ao extremo, esta disparidade de ritmos pode fazer que os exércitos democráticos acabem por constituir dentro da grande nação uma pequena nação cuja perspectiva, objectivos e sentimentos são muito mais grosseiros e perigosos que os da sociedade em geral: «Ora, esta pequena nação incivilizada possui armas de que só ela sabe servir-se.»<sup>27</sup> Aqui radica a opinião de Tocqueville de que na era democrática, apesar de as classes médias tenderem a ser mais conservadoras e menos revolucionárias, as revoluções de origem militar tornar-se-ão ameaças mais prementes<sup>28</sup>.

De acordo com a perspectiva democrática é significativo que a solução apresentada por Tocqueville para este problema não seja militar mas civil: «Não é no exército que se pode encontrar o remédio para os vícios do próprio exército, mas sim no país.» Não é através da alteração da composição das Forças Armadas, nem na diminuição dos direitos dos militares que se devem moderar os ímpetos das Forças Armadas. Tal como os outros cidadãos da democracia, também os militares têm de aprender a saber usar de modo moderado e útil a sua liberdade e as suas prerrogativas. «Se tiverdes cidadãos instruídos, ordenados, firmes e livres, tereis soldados disciplinados e obedientes.»<sup>29</sup> Ora, essa é uma aprendizagem que se realiza essencialmente através da experiência, dos hábitos e dos costumes e que se manifesta antes de mais no tipo de patriotismo professado pelas nações.



## O PATRIOTISMO EM DEMOCRACIA

Nas grandes monarquias europeias dos séculos XVII e XVIII o patriotismo era um sentimento instintivo que se confundia com o gosto pelos costumes antigos, com o respeito pelos antepassados e que se traduzia na veneração pela memória dos tempos idos. Era um sentimento que inspirava uma obediência mansa e que levava as sociedades a repousarem tranquilamente sobre a ordem antiga. Identificava a pátria com o príncipe, orgulhava-se do poder deste último e ia-se fortalecendo à medida que esse poder crescia e se centralizava. Por vezes, associava-se ao zelo religioso e, nesses momentos, clamava a realização de grandes prodígios.

Com o advento da democracia, o amor pela pátria adquire características distintas que é necessário conhecer e analisar. Nos EUA, país recente onde o antigo amor instintivo pela pátria nunca existiu, Tocqueville encontra o novo tipo de patriotismo em acção:

«Nos Estados Unidos, a pátria faz-se sentir em todo o lado. Ela é um objecto de solicitude desde a vila até à União inteira. O habitante sente-se ligado a cada um dos interesses do seu país como se fosse o seu próprio. Orgulha-se da glória da nação: nos seus sucessos julga reconhecer a sua própria obra e isso enaltece-o; regozija-se pela prosperidade geral da qual é beneficiário, nutre pela pátria um sentimento análogo àquele que sente pela sua família e é ainda devido a uma espécie de egoísmo que se interessa pelo Estado.»<sup>30</sup>

Este novo patriotismo característico da democracia americana encontra a sua raiz no quotidiano local e forma-se na ligação constante entre as diversas comunidades e a vida nacional. Nasce primeiro da participação de cada cidadão na comunidade a que pertence e depois expande-se à vida de todo o país. Não se traduz num amor irreflectido, mas num sentimento racional que demonstra a cada americano como é do seu interesse estender a afeição pelo bem-estar a toda a pátria, porque a prosperidade pública é resultado do trabalho de todos e, portanto, obra de cada cidadão. Este patriotismo democrático ponderado é inegavelmente menos elevado que o antigo patriotismo instintivo pois gera uma afeição menos nobre e não gratuita. Não obstante, ele é muito fecundo: partindo da «ideia tão simples, mas ao mesmo tempo tão pouco conhecida dos povos» que a felicidade individual depende da prosperidade geral, torna-se mais fácil ao cidadão comum compreender a relevância do afecto pela pátria<sup>31</sup>. Este patriotismo democrático leva todos os cidadãos a interessarem-se pelo seu país, primeiro por cálculo, depois por afeição. É a famosa doutrina do interesse bem entendido que, associando a razão ao interesse, se adequa perfeitamente à condição democrática originando um patriotismo reflectido.

É A FAMOSA DOUTRINA DO INTERESSE BEM ENTENDIDO QUE, ASSOCIANDO A RAZÃO AO INTERESSE, SE ADEQUA PERFEITAMENTE À CONDIÇÃO DEMOCRÁTICA ORIGINANDO UM PATRIOTISMO REFLECTIDO.

Mas avancemos devagar. Tocqueville nota também que em tempos de igualdade, quando mais do que nunca a humanidade surge como uma entidade una e homogénea e os direitos universais e o gosto pela uniformização marcam o discurso político, este patriotismo pragmático de matriz americana sofre constantemente a concorrência de um outro tipo de patriotismo igualmente democrático, mas de cariz mais abstracto e vocação potencialmente revolucionária. No seu entender, este outro patriotismo moderno radica nas considerações filosóficas universalmente válidas do pensamento democrático europeu do século XVIII, e tem a sua manifestação paradigmática na Revolução Francesa.

«Todas as revoluções civis e políticas tiveram uma pátria e sobre ela se fecharam. A Revolução Francesa não teve um território específico, antes pelo contrário, o seu efeito foi de algum modo o de apagar do mapa todas as antigas fronteiras [...] ela formou ainda de todas as nacionalidades distintas uma pátria intelectual comum da qual os homens de todas as nações puderam tornar-se cidadãos.»<sup>32</sup>

Agindo deste modo, querendo regenerar o género humano mais ainda do que reformar a França, a Revolução Francesa acendeu uma paixão que até então mesmo os movimentos políticos mais violentos nunca tinham produzido:

«Considerou o cidadão de um modo abstracto, fora de todas as sociedades particulares, tal como a religião considera o homem em geral independentemente do país e do tempo. Não procurou somente qual o direito particular do cidadão francês, mas quais eram os deveres e os direitos gerais dos homens em matéria política.»<sup>33</sup>

Foi assim que este acontecimento, que poderia ter significado apenas um sobressalto na história da França moderna, pôde ser compreendido e imitado em mil lugares diferentes e exigir a «libertação» de todas as nações das suas especificidades geográficas, históricas e culturais. Só que, ao agir desse modo, retirou simultaneamente aos diversos povos as suas aspirações individuais mais profundas e os seus mecanismos particulares de identificação e de estabelecimento de lealdades. Estava criado um outro tipo de patriotismo democrático, mais «explosivo» e bem diferente do patriotismo «calmo» da democracia americana<sup>34</sup>.

Precisamente, no entender de Tocqueville o patriotismo mais fecundo e útil ao homem democrático não é aquele que se alicerça em considerações filosóficas de carácter geral<sup>35</sup>. É sua convicção que são os laços distintivos, apegados a uma determinada terra, a um modo de vida específico, a certos costumes e hábitos sustentados por um interesse comum, que devem constituir o objecto da afeição de cada cidadão pela comunidade política a que pertence. Por isso escreve:

«Estou convencido que os interesses da raça humana estarão mais bem servidos não dando a amar senão a cada homem uma pátria específica, do que tentando inflamar as

suas paixões por toda a humanidade, que independentemente do que possamos fazer nunca conseguirá ter em consideração senão de modo distante, inseguro e frio.»<sup>36</sup>

Na sua opinião, um dos piores vícios do pensamento democrático é a obsessão com a uniformidade, o esvaziamento e destruição de todas as distinções e particularidades. Ao fazê-lo, invoca estar a proceder à libertação radical de todas as diferenças em nome da igualdade e da humanidade, mas na realidade está a ser inumano e desigual porque está a negar as especificidades das diferentes comunidades.

É com imensa melancolia que Tocqueville nota como a noção de pátria se tornou frágil junto dos seus compatriotas franceses. Em meados do século XIX, os seus conterrâneos já não identificam a pátria com o solo, que consideram simples terra inanimada, com os costumes dos antepassados, que enfrentam como mais um jugo, com a religião, de que duvidam, nem mesmo com as leis que temem e desprezam. «Não identificam a pátria com coisa nenhuma, seja sob que traços forem.» À omnipresente interrogação sobre como resolver esta situação responde convictamente: «É preciso caminhar em frente e apressar-se a unir, aos olhos do povo, o interesse individual ao do país, pois quando o amor desinteressado pela pátria foge, é para não mais voltar.»<sup>37</sup>

### **A GUERRA EM DEMOCRACIA**

«O mais importante de todos os actos que podem assinalar a vida de um povo é a guerra. Aí, ele comporta-se como um só indivíduo relativamente aos povos estrangeiros, pois luta pela sua própria existência.»<sup>38</sup>

Em democracia ou noutro qualquer Estado social, a guerra é sempre um momento crucial na vida de um país: está em causa não apenas a defesa da sua existência física, como também a afirmação da sua própria soberania política. Mas será que o modo de fazer guerra é independente do Estado social existente? Para Tocqueville a resposta é evidentemente negativa. No caso da democracia, dois subtemas ilustram definitivamente essa influência recíproca entre o regime político e a guerra: 1) O comportamento dos exércitos democráticos durante a guerra. 2) Os limites que a própria democracia tem de impor à guerra.

1) Os povos democráticos não podem esperar dos seus soldados a obediência cega, minuciosa e constante que caracterizava os homens dos exércitos aristocráticos. Antigamente, quando os soldados ingressavam na vida militar estavam a assumir uma disciplina que era simplesmente a continuação da situação de sujeição que já viviam na sociedade. Agora, com o advento da democracia e as inerentes transformações do Estado social, a única disciplina militar possível é aquela que parte da livre obediência de cada homem. Ora, esses dois géneros de disciplina têm efeitos bem distintos: enquanto a disciplina aristocrática torna os soldados insensíveis a tudo, inclusive à

EM DEMOCRACIA OU NOUTRO QUALQUER ESTADO SOCIAL, A GUERRA É SEMPRE UM MOMENTO CRUCIAL NA VIDA DE UM PAÍS.

morte, e os faz obedecer cegamente às ordens dos seus comandantes sem queixume mas também sem ardor, a disciplina democrática não garante a obediência automática, mas quando se verifica é muito mais resistente e fervorosa. É no desenrolar da própria guerra que podemos observar o principal impacto destas diferenças. Nas sociedades democráticas, quando com o passar do tempo se torna finalmente possível arrancar os cidadãos aos seus afazeres quotidianos levando-os a estabelecer uma conexão directa entre o interesse particular e o interesse nacional que exige a vitória no conflito, assiste-se ao redobrar do vigor e do ímpeto da nação e das Forças Armadas e o triunfo nacional transforma-se no objectivo comum:

«[A guerra] transforma-se na única grande indústria; e é só para ela que confluem então todos os desejos ardentes e ambiciosos que a igualdade originou. É por esse motivo que as mesmas nações democráticas que tão difícil foi levar para os campos de batalha realizam às vezes feitos prodigiosos quando se consegue, por fim, colocar-lhes as armas na mão.»<sup>39</sup>

No entender de Tocqueville este fenómeno não deve surpreender os estudiosos mais atentos da História pois ela testemunha como ao longo dos tempos os feitos militares mais notáveis foram realizados por exércitos onde os seus generais eram tão camaradas de armas quanto líderes, ou seja, por exércitos onde a disciplina interna em vigor era democrática apesar da sua origem aristocrática<sup>40</sup>. Tocqueville encontra ainda uma certa proximidade entre os costumes militares e os costumes democráticos que é revelada pela guerra. Ambos acaentam o desejo de adquirir com rapidez um determinado fito – seja a vitória ou uma maior igualdade – mesmo que o caminho a percorrer seja arriscado e pouco confortável: «É neste estado de espírito que [os homens] se ocupam do comércio e da indústria; e, quando o transportam para o campo de batalha, é ele que os leva a arriscar de bom grado a vida para obter, rapidamente, as recompensas da vitória.»<sup>41</sup> Em ambas as situações, o homem está a aliar o seu instinto/natureza ao seu cálculo/interesse através da razão. Para reforçar o seu raciocínio o pensador francês estabelece uma inesperada comparação entre o comportamento do exército napoleónico durante as guerras da Revolução e o dos comerciantes americanos na condução dos seus negócios:

«Os franceses eram menos numerosos e menos ricos do que os seus adversários; dispunham de muito menos recursos e, no entanto, venceram sempre, até que estes últimos se resolveram a imitá-los. Os americanos introduziram algo de semelhante no comércio. O que os franceses empreenderam para obter vitórias, fizeram-no eles para obter preços mais baixos.»<sup>42</sup>

Na verdade, o que o pensador francês pretende demonstrar é que a nova táctica militar usada pelas forças napoleónicas não foi apenas consequência do génio militar de Napoleão, como os franceses gostam de acreditar, mas foi sobretudo sugerida e refor-

çada pelas transformações do próprio Estado social<sup>43</sup>. Quanto à Inglaterra, o que a salvou na guerra contra o império francês não foi o canal da Mancha, «mas o seu espírito, a sua constituição e sobretudo a liberdade»<sup>44</sup>.

2) Apesar da admiração que Tocqueville tem pelos feitos dos exércitos franceses no passado recente e do respeito que possui pela grandeza da arte de fazer guerra, é também sua convicção que a glória militar se pode tornar no mais terrível flagelo das repúblicas democráticas, pela razão óbvia de que é capaz de pôr em causa o próprio regime democrático<sup>45</sup>. «Todos aqueles que procuram destruir a liberdade no seio de uma nação democrática sabem que a guerra é o processo mais rápido e seguro para o conseguir. É este o primeiro axioma da sua ciência.»<sup>46</sup> Articulando as suas inúmeras reflexões dispersas sobre esta matéria podemos verificar que ele destaca dois meios principais através dos quais a guerra pode destruir a própria democracia: o primeiro, é a forte tendência para a centralização revelada por todas as guerras; o segundo, o predomínio do patriotismo democrático explosivo sobre o patriotismo ponderado.

«Efeito da guerra – origina a necessidade de um poder forte: [...] devolver o predomínio aos exércitos; acontece que os exércitos são o elemento anti-republicano.»<sup>47</sup> Nesta nota, Tocqueville está a referir-se ao primeiro meio que, por sua vez, conjuga duas preocupações distintas: por um lado, a pretensa necessidade de em tempo de guerra se concentrar o poder; por outro, a inclinação para reforçar o próprio poder das Forças Armadas. Tocqueville desconfia de todas as políticas que visam a concentração do poder. Na sua opinião, os processos de centralização, especialmente aqueles que aliam a centralização governamental à uniformização administrativa, enfraquecem os povos democráticos retirando-lhes liberdade local, espírito de cidadania e dificultando a sua prosperidade:

«É verdade que a centralização administrativa consegue reunir todas as forças disponíveis da nação numa dada época e num dado local, mas ela prejudica a sua reprodução. Fá-las triunfar no dia do combate e vai diminuindo-lhes a potência com o tempo. Portanto, ela pode contribuir admiravelmente para a grandeza passageira de um homem, mas de modo algum para a prosperidade duradoura de um povo.»<sup>48</sup>

É sua opinião que mesmo em situações extraordinárias ou de emergência nacional é perigoso autorizar a concentração de poderes no seio das sociedades democráticas.

A sua explicação não nos é estranha pois já notámos como a paixão democrática pela igualdade se estende naturalmente à ideia de uniformidade, de homogeneidade e de unidade. Não reconhecendo nem superiores, nem inferiores, o homem democrático acolhe com prazer as ideias simples e gerais, gosta de imaginar uma grande nação onde todos os cidadãos se parecem com um só modelo e são dirigidos por um

MESMO EM SITUAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS OU DE EMERGÊNCIA NACIONAL É PERIGOSO AUTORIZAR A CONCENTRAÇÃO DE PODERES NO SEIO DAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS.

só poder que lhes sugere uma pretensa imagem de tranquilidade e ordem pública<sup>49</sup>. Os povos democráticos não se devem por isso deixar convencer pela provisória necessidade de concentrar os poderes, pois ela tenderá a ser muito mais longa do que inicialmente esperado. Quanto ao fortalecimento das Forças Armadas, Tocqueville chama a atenção para o facto de se tratar de uma instituição cuja estrutura e regras internas são hierárquicas e, como tal, por natureza não democráticas. Fortalecer o seu poder equivale a enfraquecer o próprio poder democrático (civil).

Quanto ao segundo meio, prende-se com o ardor das próprias convicções democráticas. No exercício das funções como ministro dos Negócios Estrangeiros, Tocqueville profere estas palavras: «Muitos crêem que em virtude do princípio da nossa revolução devemos dar apoio e protecção a todos aqueles que se revoltam no mundo. [...] Não podemos ser solidários com todas as loucuras que se cometem no mundo. [...] Já não se trata de liberdade, mas antes de demagogia.»<sup>50</sup> A questão em debate dizia respeito à intervenção francesa em Roma, situação herdada de executivos anteriores e com a qual o nosso político não se sentia nada confortável. Reconhecendo o papel histórico da França no processo de democratização em curso no velho continente, acredita que o apoio francês à expansão da democracia deve ser moderado por uma política de paz europeia assente no interesse concreto de cada nação e não em ideais políticos: «Antes de mais afirmo que o interesse em desenvolver os princípios da liberdade no mundo, que é o primeiro interesse da nossa política, não é o único, e seria muito imprudente considerar todo o horizonte político unicamente através dele.»<sup>51</sup>

Tocqueville conhece o sentimento popular saído da Revolução de 1789 e reavivado em 1848 acerca do pretenso compromisso informal de a França dar apoio a todos os povos insurgentes. Não obstante estar convencido da importância e da nobreza desse sentimento que revela uma simpatia generalizada pela liberdade dos povos, prefere que qualquer intervenção externa francesa seja condicionada por respostas concretas às seguintes questões: Quem pediu a nossa intervenção? Em que medida nos convém intervir?<sup>52</sup> Em carta a Henry Reeve, o seu editor inglês, afirma que a expedição francesa a Itália parece contrariar o princípio da soberania popular, que é afinal a base de todo o edifício político democrático<sup>53</sup>. No seu entender, está-se perante mais outra tendência democrática nefasta: a incapacidade de discernir claramente entre interesses e princípios que, conseqüentemente, leva a confundir as prioridades da política interna e da política externa<sup>54</sup>. Essa confusão marcou a política francesa do século XIX, dando substância a este lamento do nosso autor: «Audácia, violência e imprudência naturais aos governos democráticos, fortalecidas quando são revolucionárias e, acrescento, francesas.»<sup>55</sup>

Ao abreviar a análise de Tocqueville sobre a democracia, Pierre Manent afirma no seu estilo inconfundível que «a suavidade é o bálsamo e o veneno das sociedades democráticas»<sup>56</sup>. As práticas comerciais, a crescente igualização das condições, o fenómeno da identificação entre povos, tornaram intolerável aos olhos do homem democrático

o recurso à violência. Daí a dificuldade em iniciar uma guerra. Mas, simultaneamente, a nível da política externa, a defesa da fundamental semelhança entre todos os seres humanos tende a conduzir a opções imponderadas, por vezes a acções ilimitadas, em nome dos ideais democráticos, mas com efeitos paradoxais sobre o próprio avanço internacional da democracia. Encontrar o equilíbrio entre o interesse concreto e os grandes princípios continua a ser o desafio central de todas as nações democráticas nas relações internacionais. **RI**

## NOTAS

**1** TOCQUEVILLE, Alexis de – *Da Democracia na América*. Cascais: Principia, 2001, p. 783.

**2** Relativamente aos seus contemporâneos, a comparação que se impõe é com Von Clausewitz, *Da Guerra*. Para uma abordagem comparativa das reflexões dos dois autores acerca da guerra, cf. COHEN, Eliot – *Tocqueville on War*. Social Philosophy & Policy. Vol. 3, N.º 1, Outono de 1985, pp. 204-222.

**3** TOCQUEVILLE, Alexis de – *Da Democracia na América*, p. 783.

**4** *Ibidem*, p. 476n.

**5** *Ibidem*, p. 798.

**6** *Ibidem*, p. 801.

**7** *Ibidem*, p. 779.

**8** *Ibidem*, p. 768.

**9** *Ibidem*, pp. 767-778.

**10** *Ibidem*, p. 625.

**11** *Ibidem*, p. 770.

**12** *Ibidem*, p. 689.

**13** *Ibidem*, p. 672.

**14** *Ibidem*, p. 672.

**15** *Ibidem*, p. 669.

**16** *Ibidem*, p. 461.

**17** *Ibidem*, p. 673.

**18** *Ibidem*, p. 457. Comparar com MONTESQUIEU – *De l'Esprit des Lois*, XX, pp. 1-2.

**19** TOCQUEVILLE, Alexis de – *Da Democracia na América*, p. 455. «Não se julgue que os navios ingleses servem unicamente para transportar produtos estrangeiros para Inglaterra ou produtos ingleses para o estrangeiro; nos nossos dias, a marinha mercante inglesa constitui como que uma vasta empresa de transportes públicos,

pronta a servir todos os produtores do Mundo e a fazer comunicar os povos entre si» (*Ibidem*, 455n. Itálicos da minha responsabilidade).

**20** «Quando vejo com que espírito os anglo-americanos conduzem o comércio, as facilidades que encontram para o fazer, os sucessos que com ele obtêm, não posso deixar de acreditar que um dia se tornarão a primeira potência marítima do Mundo. Eles são impelidos a apossar-se dos mares, tal como os romanos foram impelidos a conquistar o Mundo» (*Ibidem*, p. 457).

**21** *Ibidem*, p. 208.

**22** *Ibidem*, p. 800.

**23** *Ibidem*, p. 797. Estes postulados são centrais às teses da paz interdemocrática. Cf. por exemplo DOYLE, Michael – «Liberalism & world politics». In *American Political Science Review*. N.º 80, Dezembro de 1986, pp. 1151-1169.

**24** TOCQUEVILLE, Alexis de – *Da Democracia na América*, p. 779.

**25** *Ibidem*, p. 781.

**26** *Ibidem*, p. 781.

**27** *Ibidem*, p. 782.

**28** No entender de Tocqueville a classe dos suboficiais – situada entre os soldados muito novos e inexperientes e os velhos oficiais cansados – é a que está mais sujeita a comportamentos turbulentos. «Pela própria natureza das suas funções, que não pode modificar, [o suboficial] está condenado a uma existência obscura, estreita, incómoda e precária. [...] Portanto, deseja, sempre e a todo o custo, a guerra e, se esta lhe for recusada, deseja as revoluções que suspendam a autoridade das regras, pois espera aproveitar-se da confusão e das paixões políticas para expulsar o oficial e ocupar o seu lugar; não é impossível que até as desencadeie, pois exerce uma grande influência nos soldados devido à origem comum dos seus hábitos» (*Ibidem*, p. 290). Esta é uma hipótese muito interessante, que pode ser aplicada ao

caso português no contexto da Guerra Colonial e da Revolução de Abril de 1974.

**29** *Ibidem*, p. 784.

**30** *Ibidem*, p. 135.

**31** *Ibidem*, p. 285.

**32** TOCQUEVILLE, Alexis de – *O Antigo Regime e A Revolução*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1986, p. 27. Itálicos da minha responsabilidade.

**33** *Ibidem*, p. 28.

**34** Nas expressões «patriotismo calmo» e «patriotismo explosivo» sigo ZETTERBAUM, Marvin – *Tocqueville and the Nature of Democracy*. Stanford: Stanford University Press, 1967, pp. 153-155.

**35** Ver neste ponto as semelhanças entre os pensamentos de Von Clausewitz e Tocqueville em ARON, Raimond – *Penser la guerre*. Paris: Gallimard, 1976, p. 65.

**36** TOCQUEVILLE, Alexis de – *Œuvres Complètes III*. Paris: Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard, 2004, p. 723.

**37** TOCQUEVILLE, Alexis de – *Da Democracia na América*, p. 285.

**38** *Ibidem*, p. 208.

**39** *Ibidem*, p. 793. Por exemplo, Tocqueville nota na sua correspondência a indecisão francesa em intervir na Guerra da Crimeia e como à medida que o conflito se desenrolava os soldados do seu país iam revelando cada vez maior audácia e recebendo a admiração e o apoio de toda a nação. Cf. carta a Sophie de Swetchine, *Lettres Choisies*. Paris: Gallimard, 2003, pp. 1132-1134.

**40** Cf. «Da disciplina nos exércitos democráticos». In *Da Democracia na América*, pp. 795-796 e comparar com «Como a democracia modifica as relações entre o criado e o senhor» (*Ibidem*, pp. 685-692). Ambos os capítulos incidem sobre a relação entre a obediência e a autoridade e as transformações operadas nessa relação com a transição da aristocracia para a democracia.

**41** TOCQUEVILLE, Alexis de – *Da Democracia na América*, p. 794.

**42** «Não saberia exprimir melhor o meu pensamento do que dizendo que os americanos põem uma espécie de heroísmo na sua maneira de fazer comércio» (*Ibidem*, p. 453).

**43** «Napoleão foi o primeiro a percorrer, à cabeça de um exército, o caminho conducente a todas as capitais, mas foi a ruína da sociedade feudal que lhe abriu essa via» (*Ibidem*, p. 801).

**44** *Œuvres Complètes III*, p. 634.

**45** A sua admiração pela actuação dos exércitos napoleónicos está patente na comparação que estabelece entre as guerras da Revolução Francesa e a Guerra da Independência americana que é manifestamente mais favorável aos franceses: «Exagerou-se demasiado os esforços levados a cabo pelos Americanos para se libertarem do jugo inglês. Separados dos seus inimigos por 1300 léguas marítimas, auxiliados por um poderoso aliado,

os Estados Unidos deveriam mais a sua vitória à posição de que gozavam do que ao valor dos seus exércitos ou ao patriotismo dos seus cidadãos. Quem ousaria comparar a guerra da América com as guerras da Revolução Francesa e os esforços dos Americanos com os nossos, quando a França, a braços com os ataques de toda a Europa, sem dinheiro, nem crédito ou aliados, lançava um vigésimo da sua população contra os seus inimigos, apagando com uma mão o incêndio que lhe devorava as entranhas, enquanto empunhava na outra a tocha que brandia à sua volta?» (TOCQUEVILLE, Alexis de – *Da Democracia na América*, p. 154). Sobre os perigos da glória militar para as democracias, em particular a americana, cf. *Ibidem*, p. 328.

**46** *Ibidem*, p. 783.

**47** Esboço de um discurso sobre política externa, *Œcrits et Discours Politiques*, *Œuvres Complètes*, tomo III\*\*\*\*, Paris: Gallimard, 1990, p. 253.

**48** TOCQUEVILLE, Alexis de – *Da Democracia na América*, p. 128.

**49** Cf. «Como as ideias dos povos democráticos, em matéria de governo, são naturalmente favoráveis à concentração dos poderes» (*Ibidem*, pp. 809-811) e «Em como os sentimentos dos povos democráticos estão em sintonia com as suas ideias para os levar a concentrar o poder» (*Ibidem*, pp. 812-816).

**50** *Œcrits et Discours Politiques*, p. 297. Sobre as suas experiências enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros cf. *Souvenirs* (Paris: Robert Laffont, 1986, pp. 862-883).

**51** *Œcrits et Discours Politiques*, p. 249.

**52** *Ibidem*, p. 296.

**53** Carta a Henry Reeve (*Lettres Choisies*, p. 657).

**54** Cf. *Souvenirs*, pp. 870-871.

**55** *Œuvres Complètes III*, p. 633.

**56** MANENT, Pierre – *La nature de la démocratie*. Paris: Fayard, 1993, p. 78.